



thij

Tourism and Hospitality
International Journal

THIJOURNAL.ISCE.PT

ISSN: 2183-0800



Instituto Superior
de Lisboa e Vale do Tejo



Departamento
Turismo@ISCE

VOLUME 17 | NÚMERO 1 | SETEMBRO 2021 [28ª. EDIÇÃO]
VOLUME 17 | NUMBER 1 | SEPTEMBER 2021 [28TH EDITION]
VOLUMEN 17 | NUMERO 1 | SEPTIEMBRE 2021 [28ª EDICIÓN]

MAPEAMENTO DE INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PAULISTA

Joyce Hiromi Uyeti

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP

Érika Sayuri Koga Di Nápoli

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP

Uyeti, J. H. & Di Nápoli, E. S. K.. (2021). Mapeamento de iniciativas de turismo de base comunitária em unidades de conservação Paulista. *Tourism and Hospitality International Journal*, 17(1), 35-52.

Resumo

Esta pesquisa fomenta discussões acerca dos benefícios, avanços e desafios do Turismo de Base Comunitária (TBC) dentro ou no entorno de Unidades de Conservação (UC) Paulistas. Tendo como objetivo mapear as iniciativas e estabelecer as relações entre os agentes principais: comunidades, governo e visitantes, o artigo perpassa pela evolução do TBC no Brasil e no Mundo. De acordo com a metodologia empregada, com utilização de dados primários e secundários, foi possível elucidar o mapeamento de 25 comunidades que exercem atividades de TBC dentro e no entorno de 30 UC paulistas. Conforme entrevistas com lideranças de cinco comunidades e de um gestor público de uma UC, foi possível constatar que as populações mais organizadas internamente ou bem relacionadas com redes de TBC e com o poder público são mais fortalecidas e obtêm resultados de benefícios e avanços, enquanto que em casos de maiores desestruturações internas ou com poucas relações apresentam grandes desafios para o desenvolvimento do TBC.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária, Unidades de conservação, Estado de São Paulo, Mapeamento

Abstract

This research encourages discussions about the benefits, advances and challenges of Community-Based Tourism (CBT) within or around Protected Areas (PA) at São Paulo state. The main purpose is understanding the evolution of CBT in Brazil and in the world, to map the initiatives and establish the relationships between the main agents: communities, government and visitors. According to the methodology used, using primary and secondary data, it was possible to elucidate the mapping of 25 communities that carry out CBT activities in and around 30 PAs in São Paulo. According to interviews with leaders from five communities and a public manager of a PA, it was found that populations that are more internally organized or well-connected with CBT networks and the government are more strengthened and obtain results of benefits and advances, while in cases of major internal breakdowns or weak relationships, they present major challenges for the development of CBT.

Keywords: Community-based tourism; Protected areas; São Paulo state; Mapping

1. Introdução

Nos últimos anos as iniciativas chamadas Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário ou Turismo Rural Comunitário (TBC) ganham visibilidade como formas de resistências delineadas por estratégias culturais e políticas enraizadas localmente, frente aos padrões convencionais do turismo massificado. Estas iniciativas são apontadas como oportunidades para melhorias de qualidade de vida por grupos sociais, tais como: pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, populações extrativistas, camponeses e diversos outros que vivem em situação de vulnerabilidade social e ambiental (Moraes, Irving, Santos, Santos, & Pinto, 2017).

Segundo Maldonado (2009), as raízes do TBC na América Latina se deram por diversos fatores de ordem econômica, social, cultural e política, sendo relacionados: às pressões mundiais do mercado turístico; às necessidades econômicas e trabalhistas das comunidades que buscam superar a situação de pobreza crônica; ao papel relevante das micro e pequenas empresas no desenvolvimento local e na diversificação da oferta turística nacional; e nas estratégias políticas dos povos indígenas e rurais para a preservação de seus territórios — fortalecendo uma forma de resistência às ações colonizadoras, de extração de recursos florestais, minerais e petrolíferos e aos empreendimentos de exploração agrícola e pecuarista.

A temática de TBC ganha amplo espaço nos debates acadêmicos no Brasil desde a década de 1990, por ser o contraponto à massificação do fenômeno turístico e por buscar atender uma demanda de turistas mais responsáveis preocupados com as consequências que podem gerar nos lugares visitados, salientando o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, para promover a emancipação social das comunidades e populações tradicionais por meio de seu protagonismo colaborando na autogestão de seus bens, serviços e capital social. Tal protagonismo das comunidades resulta na melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e na conservação de seus patrimônios ambientais, históricos e culturais (Graciano, 2018).

Moraes e Mendonça (2017) identificam que o fenômeno de TBC tem como premissa fundamental a base endógena em planejamento e desenvolvimento do turismo. Para Irving (2009) o endógeno depende do “saber endógeno”, conhecimento sobre a própria realidade e, a iniciativa turística deve resultar da inspiração e da motivação real dos grupos humanos que interagem diretamente e cotidianamente no lugar turístico, pois sem isso, é apenas formal e de duração limitada.

Apesar dos seus benefícios em potencial, ainda é um campo de estudo em desenvolvimento e verificam-se pesquisadores do Brasil e de instituições internacionais tecendo importantes contribuições para disseminar os aspectos teóricos e conceituais do TBC que ainda não são consensuais (Castro & Pinto, 2013). Além desses fatores nas áreas científicas e acadêmicas, o desenvolvimento do TBC também apresenta conflitos e possibilidades para coexistir juntamente às Unidades de Conservação (UC). A relação das populações do entorno com a gestão das UCs são geralmente distantes e não envolvem ações integradas, resultando em conflitos e desinteresse da população local em contribuir com a conservação da área protegida (Dos Santos & Santos de Oliveira, 2020).

A presente pesquisa busca analisar as diversas atividades turísticas de TBC que são elaboradas dentro ou no entorno das UC, realizadas pelas comunidades que podem ser desde pesqueiras/caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, de assentamentos rurais ou até urbanas. As iniciativas de TBC são fortemente associadas às populações tradicionais, sendo estes “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, da Casa Civil, 2007).

As comunidades podem recepcionar visitantes em suas áreas por meio do TBC, em que além da gestão comunitária, da economia solidária e do comércio justo, igualmente a sustentabilidade seja intrínseca ao uso a partir das UC, e assim, o turismo comunitário se expande pela consciência de que lazer e turismo podem ser associados à prática de responsabilidade social (Betti & Denardin, 2013)

Em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e define UC como:

espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (Brasil, 2018).

Na mesma Lei, asseguram-se direitos às populações tradicionais:

As UC asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Estas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população (Brasil, 2018).

Segundo caracterização do Ministério do Meio Ambiente - MMA (2000), as UC são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O primeiro visa à proteção da natureza por meio de regras e normas mais restritivas, permitido somente o uso indireto dos recursos naturais sem seu consumo, coleta ou danos, sendo que nestas áreas, se restringe a residência de populações tradicionais ou das comunidades. Já a segunda visa conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável, permitindo atividades de coleta e uso dos recursos naturais, sendo praticadas de forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos estejam assegurados. Além disso, as categorias existentes nas UC de uso sustentável, em sua grande maioria, permitem a permanência dos grupos sociais e comunidades que exerçam suas ações em conformidade com cada tipo.

Apesar da importância de termos uma lei federal para promover a conservação de áreas naturais e estabelecer limites para expansão de atividades econômicas de exploração da terra, esta lei também apresentou conflitos diversos. Ferreira & Raimundo (2016) relacionam que as UC foram criadas de maneira antidemocrática e em diversas vezes, no qual suas áreas incorporam o território de comunidades tradicionais

que são privadas de exercer as atividades que lhes eram corriqueiras, como agricultura e extrativismo, por exemplo, sendo coagidas a desenvolver atividades e serviços voltados ao turismo.

Outra problemática é ressaltada por Minari e Rabinovici (2014) que afirmam que criar UC sem estudos apurados do modo de vida e das relações sistêmicas entre comunidades e natureza, juntamente com um planejamento futuro de desenvolvimento local coerente com as necessidades locais, gera um cenário de potencial conflito, pois “iniciativas de TBC no Brasil surge em lugares de grande riqueza ecossistêmica e, conseqüentemente, de beleza cênica, vistos pelo empresariado como mercadoria potencial para o desenvolvimento turístico” (Moraes & Mendonça, 2016, p. 63). Assim, Botelho e Rodrigues (2016) enfatizam que no processo de composição e estabelecimento de ações que visam ao desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, se faz fundamental a presença dos diversos atores sociais envolvidos, no sentido de garantir o acesso e o uso indireto dos recursos naturais de forma justa e equitativa.

Além disso, a demanda para vivenciar experiências de TBC cresceu muito nos últimos anos, justamente por conta das próprias comunidades residentes no interior e no entorno das UCs. Contudo, demais desafios devem ser superados para sua implementação, tanto em termos de legislações quanto na formulação e execução de políticas públicas (Barros & Leuzinger, 2020).

A presente pesquisa analisou e mapeou as diversas atividades turísticas de TBC que são realizadas dentro ou no entorno das Unidades de Conservação (UC) do estado de São Paulo, sendo protagonizadas pelas comunidades tradicionais. Essas relações devem evoluir para que ocorra benefício mútuo entre as comunidades e as UC e gerem conseqüências benéficas para a visitação também.

Ainda assim, o presente estudo teve os objetivos específicos que nortearam a: Compreender a evolução geral e os contextos atuais do TBC no Brasil e no Mundo; Caracterizar algumas comunidades e ilustrar quais são as ações turísticas aplicadas por estas; Identificar possíveis ações públicas para a condução do TBC dentro e no entorno das UC; e, Estabelecer relações entre os agentes: comunidades, governo e visitantes/turistas, por meio dos fatores de sustentabilidade.

Assim, o estudo salienta que ocorrem diversos benefícios e avanços do TBC, dentro das dimensões da sustentabilidade e que a temática pode ser fortemente explorada ainda com outros desdobramentos e contribuições para a área do turismo.

2. Metodologia e Análise dos Resultados

A pesquisa iniciou com pesquisa de dados secundários de fontes bibliográficas e documentais em livros, artigos, registros oficiais e sítios eletrônicos que pudessem apresentar algumas iniciativas de TBC e UC paulistas existentes.

Em decorrência do distanciamento social estabelecido como regras de proteção e segurança por conta da pandemia do Covid-19, realizou-se a coleta de dados primários através de entrevistas por videoconferência com as lideranças comunitárias de diferentes regiões: quilombola (Quilombo da Fazenda), caiçara (Comunidade do

Marujá), indígena (Aldeia Boa Vista), rural (Comunidade do Rio Preto) e urbana (Comunidades Cantinho do Céu e Lagoa Azul). Além disso, também foi entrevistado o gestor público de uma da Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira (APA-QMR). Em seguida, optou-se por utilizar a análise de conteúdo, baseada no roteiro elaborado por Laurence Bardin, para expor os resultados finais em forma de tabela, relacionando-os com as oito dimensões da Sustentabilidade de Ignacy Sachs.

3. Primórdios do TBC: Globalização, Turismo de Massa e Desenvolvimento Sustentável

Essa temática tem seus antecedentes no contexto global por meio do crescimento do turismo, da consolidação do turismo de massa e pela apresentação de alternativa com o turismo sustentável para ser um direcionamento ao TBC. Em suma, estes assuntos se entrelaçam para o desenvolvimento do TBC conhecido atualmente.

Braga e Selva (2016) salientam que como atividade social e econômica, o turismo tende a seguir a lógica do capital, sendo que esse processo por muitas vezes é impulsionado por grupos hegemônicos, que impõem um modelo mais massificado e globalizado que contribui para a exclusão histórica das comunidades resultando em suas “marginalizações”. Contudo, com a contribuição do processo de globalização e dos avanços tecnológicos, nos tempos atuais, têm sido levados em consideração também, os impactos negativos provindos do turismo de massa. Meirelles (2016) salienta que este tipo de turismo se fez mais presente por meio das conquistas trabalhistas dos salários de férias — crescendo a partir do pós-guerra e nos anos 60 — pois, permitia que nos países industrializados, as massas populares viajassem e sustentassem o setor econômico do turismo, em meio às férias mais baratas, com baixo custo de transporte e hospedagem acessível.

Nos últimos anos, o turismo brasileiro acarretou diversas movimentações econômicas, por meio da geração de novos empregos e renda para os grupos nesta atividade. Segundo a pesquisa “Índice Cielo de Vendas do Turismo (ICV-Tur)” — realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) — o faturamento do setor de turismo aumentou 2,2% em 2019, no Brasil. Essa estatística foi apontada como o melhor desempenho desde 2017, totalizando R\$ 238,6 bilhões e apresentando o crescimento de R\$ 5,1 bilhões em relação ao ano anterior na economia brasileira. Além disso, outro destaque foi evidenciado por meio da criação de 35.692 novos postos de trabalho, representando alta de 163,6% em relação às vagas criadas no ano de 2018 (Brais, 2020).

No Brasil, o turismo de massa se consolidou fortemente tendo como direcionamento a classe média e por meio das operadoras de turismo que facilitaram e tornaram mais acessível essa prática com os “pacotes de viagens”. Meirelles (2016) pontua que os “pacotes de viagem” fomentam a indústria do turismo e acabam gerando repercussão negativa sobre a população e o meio ambiente, por exemplo. Os impactos do turismo “podem ser reversíveis quando detectados no seu início, ou antes, e irreversíveis quando não lhes é dada a devida atenção e, no momento que se percebe isso já será tarde demais para a sua reversão” (Dall’Agnol, 2012, p. 3).

Na contramão do turismo de massa ou até para contribuir com as diversas reversões necessárias na atualidade, o chamado Turismo Sustentável ganhou atenção mundial em 2017. Reconhecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento — aprovado durante Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em novembro de 2016 —, foi destacada a promoção de uma melhor compreensão entre os povos em todo o mundo, para resultar uma maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas civilizações. Além disso, outro forte ponto que caracterizou a iniciativa, foi que esta seria a uma oportunidade única para fazer avançar a contribuição do setor turístico para os três pilares da sustentabilidade — econômico, social e ambiental — visando aumentar a consciência de um desenvolvimento sustentável que é frequentemente subestimado na atualidade (ONU, 2016).

Conforme estudo realizado por Santana (2010), o desenvolvimento sustentável se desenha e toma forma global por meio dos movimentos ambientalistas surgidos no final dos anos 1960, passa por discussões importantes fomentadas ainda no século XX pautando a necessidade do uso mais responsável dos recursos naturais para conter a degradação ecológica e chega até o surgimento de seu conceito em 1987 por meio do “Relatório Brundtland” — no documento denominado Nosso Futuro Comum, apresentado durante a II Conferência de Educação Ambiental, em Moscou. Sua conceituação é que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ONU, 1991, p. 46).

Fabrino (2013, p. 14) ressalta que “na literatura científica, debates políticos, arcabouços institucionais e programas oficiais de fomento, o Turismo de Base Comunitária é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local”. Deste modo, Castro & Pinto (2013) interpretam que o TBC se apresenta como um modo de desenvolver a atividade turística seguindo os parâmetros econômicos, ecológicos e culturais, respeitando as particularidades sociais de um local. Assim, eles tratam as ações como “um modelo de gestão da atividade turística cujas decisões estratégicas e práticas cotidianas subordinam-se aos interesses da população local diretamente afetada pelo turismo” (Castro & Pinto, 2013, p. 216).

Complementando tais ideias, Grimm & Sampaio (2011) acreditam que a promoção deste turismo abre espaço às comunidades que se tornam núcleos receptores do turismo que buscam ferramentas para o desenvolvimento local com o autobenefício com a produção de produtos e prestação de serviços e para estas finalidades aderem ao associativismo por meio de cooperativas, associações ou demais organizações comunitárias.

4. TBC no Mundo: Grande Destaque na América Latina

Por conta de pouca informação organizada e relacionada entre si, é muito difícil apontar as origens reais do TBC no mundo, pois esse modo de fazer turismo pode acontecer em diversas partes do globo, até porque surge como um meio de

sobrevivência intrínseco e imposto às várias comunidades sem que as mesmas intitulem as tais ações como TBC. Desse modo, grande parte das iniciativas não são divulgadas ou nem constam seus registros oficiais para estudos e pesquisas.

A pesquisa de Graciano e Holanda (2020) apontou que as iniciativas de TBC na América Latina tiveram início na década de 1980 por meio do Turismo Rural Comunitário (TCR), com incentivos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), para uma demanda de turistas mais conscientes com a preservação do meio ambiente e da diversidade das comunidades. As ações de TBC foram mais acentuadas no hemisfério sul, nos continentes da África, Ásia, Oceania e nos países da América Latina.

Grandes iniciativas se destacam devido ao fortalecimento por meio das redes e associações locais ou nacionais, estando presentes em países como: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e entre outros. Graciano e Holanda (2020) interpretam que a variedade e a complexidade das comunidades dificultam definição do TBC, pois os desenvolvimentos das atividades turísticas ocorrem de muitas maneiras com processos influenciados pelas peculiaridades de cada região. Refutando o argumento pontuado, Bartholo, Bursztyn, Fratucci, & Assad (2016) ressaltam que o TBC vem se consolidando no Brasil e se apresenta como:

um modo de organização da atividade turística na escala local que busca promover o protagonismo das populações situacionalmente afetadas pelo desenvolvimento do turismo em seus territórios. Concretiza-se por meio de projetos e iniciativas sociais locais que podem tomar formas muito díspares entre si, mas que têm como base princípios e valores pautados pela economia solidária, respeito à questão ambiental e justiça social.

Braga e Selva (2016) também corroboram com a ideia, alertando que as iniciativas de TBC no geral se diferenciam igualmente em contextos territoriais e históricos distintos e em realidades sociais, econômicas, ecológicas, políticas e com vocações turísticas diferentes. Desta forma, se faz necessário reconhecer as iniciativas em seus diferentes perfis, realidades e fases de desenvolvimento.

Na América Latina o desenvolvimento da temática passa principalmente pela reflexão sobre as redes de TBC que se configuram como um movimento de articulação de ações. As operações são direcionadas para: a comercialização no mercado de viagens e turismo; ao intercâmbio e ao compartilhamento de informações; à gestão e à operacionalização de empreendimentos; à influência em políticas públicas; e ao fortalecimento de capacidades locais e de mobilização social, realizando alianças em escalas locais, nacionais e internacionais (Irving, Cristina, & Mendonça, 2018).

A importância das redes ganhou força e adquiriu novos significados, a partir do século XX, em meio aos debates decorrentes da revolução da tecnologia, da informação e do conhecimento na sociedade contemporânea. Deste modo, o exemplo mais consolidado relacionando o TBC foi apresentado por meio da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS). Criada em 2001, a rede possui o objetivo de articular iniciativas que vêm sendo construídas em diferentes escalas locais e nacionais, com finalidade de diversificar as possibilidades de emprego e renda, de

valorizar a cultura local e de fomentar o associativismo. Além disso, ela foi considerada a primeira iniciativa de articulação em rede para promover destinos turísticos comunitários na América Latina e segue influenciando outras práticas de TBC na região, por conta dos laços históricos e culturais dos países desde o México até o Sul da América (Irving et al., 2018).

5. TBC no Contexto Brasileiro: Pontos de Ascensão e Queda

A temática sobre o TBC no Brasil ganha força a partir dos anos 2000, ampliando seu espaço nas pesquisas acadêmicas, no apoio de organizações sociais para seu desenvolvimento, na busca das comunidades para implementar mais essa prática e nas esferas de políticas públicas. Criado em 2001, o Caderno Virtual de Turismo foi um importante catalisador da promoção de debates acadêmicos acerca do TBC e também introduziu a temática na pauta do Ministério do Turismo (MTur), no qual os editores da publicação foram convidados para organizar um dos principais livros sobre o assunto, “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” — contou com versões impressas e digitais em 2009 (Bartholo et al., 2009).

Outra ação voltada para o fomento das iniciativas de TBC no Brasil ocorreu com lançamento do edital N°001/2008, pelo MTur. O incentivo em esfera nacional, recebeu mais de 500 propostas, na qual 50 projetos foram selecionados e contempladas cada um com R\$ 150 mil para poder subsidiar os planejamentos e implementações. Resultando no maior desenvolvimento do TBC brasileiro, o Edital de Chamada Pública do MTur apresentou os principais objetivos abaixo:

Fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ ou identificadas como de Turismo de Base Comunitária (TBC); Apoiar projetos de TBC, para o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social, qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e desenvolvimento local/ inclusão social (Ministério de Turismo, 2008).

O presente edital, também objetivou selecionar projetos que estivessem em conformidade com as cinco linhas temáticas pretendidas, sendo estas: produção e atividades associadas ao turismo; qualificação profissional; planejamento estratégico e organização comunitária; promoção e comercialização de produtos ou serviços; fomento às práticas de economia solidária (Silva, Ramiro & Teixeira, 2009).

Alguns dos projetos selecionados em 2008 e outras demais iniciativas, protagonizaram a articulação e o desenvolvimento do TBC no país, sendo alguns exemplos: Acolhida na Colônia (Santa Catarina), Circuito Quilombola Paulista (São Paulo), Fundação Casa Grande (Ceará), Garupa (São Paulo), Instituto Mamirauá (Amazonas), Prainha do Canto Verde (Ceará), Projeto Bagagem (nacional), Projeto Saúde & Alegria (Pará), Raízes Desenvolvimento Sustentável (São Paulo), Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - Turisol (nacional, mas atualmente inativa), Rede Cananéia (São Paulo) e Rede Cearense de Turismo Comunitário - Tucum (Ceará).

Para Bartholo et al. (2016), ao perder espaço na pasta do Ministério do Turismo nos anos seguintes, o TBC sofreu com a falta de continuidade do apoio institucional e

financeiro tendo resultados imediatos na desarticulação de muitas iniciativas locais e das redes que vinham se formando ou se fortalecendo. Apesar de inúmeros desafios e insucessos, ainda foram realizados importantes feitos no âmbito nacional por meio do I Encontro Nacional Turisol (2010) e do II Encontro Nacional Turisol (2015) que estimularam o acontecimento de outros diversos eventos locais e regionais espalhados em vários estados brasileiros.

Ainda no cenário de eventos, Marta et al. (2020) destacam a importância da difusão da temática por meio do espaço acadêmico com ricos debates nos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local (ENTBL) que ocorrem desde 1997 e tiveram a edição mais recente em 2018, pois o evento de 2021 teve que ser adiado para 2022 por conta da pandemia de Covid-19. Os pesquisadores também salientam outros projetos que englobam a temática de TBC e são apresentados por iniciativas ligadas aos movimentos sociais ou na área da sustentabilidade com destaques para: o Fórum Social Mundial (FSM), realizado desde 2002; os Seminários Internacionais de Turismo Sustentável (SITS), no qual as edições de 2003 e 2008 foram sediadas em Fortaleza (Ceará).

Todas estas iniciativas e a continuidade destas exprimem grandes oportunidades para a expressão dos movimentos de resistência ao modelo hegemônico capitalista e também é uma forma de provocar o setor governamental — já não tão presente —, para o estabelecimento de novas diretrizes de políticas públicas e a promoção de ações inovadoras na racionalidade contra-hegemônica do turismo (Marta et al., 2020).

6. Mapeamento de Ações de TBC nas UCs Paulistas

Conforme o estudo foram mapeadas 25 comunidades, totalizando 75 ações de TBC contabilizadas em 30 UC paulistas. Nesta parte, foi observada uma grande dificuldade para encontrar dados precisos que corroborem com a identificação das atividades de TBC que acontecem dentro ou no entorno das UC, assim grande parte das informações foram coletadas pela internet por meio de sites, de mapeamentos do Instituto Socioambiental e de alguns documentos oficiais do Governo do Estado de São Paulo, com decretos de criação de UC. A coleta de dados desta fase da pesquisa resultou na elaboração final de uma tabela das atividades de TBC.

Como já caracterizado anteriormente, o fenômeno de TBC tem a base endógena de cada comunidade existente e as ações se moldam por meio do protagonismo das populações tradicionais ou de grupos sociais que são díspares entre si. Para ilustrar os impactos entre as diversas ações de TBC e áreas protegidas, foi feito um recorte levando em consideração como estas se relacionam com as UC paulistas buscando resultados sobre as contribuições e os conflitos que permeiam tais conexões destes elementos.

Além disso, foi feito o devido aprofundamento das iniciativas de TBC no Estado de São Paulo que culminou no mapeamento das TBC que acontecem dentro e no entorno das UC do Estado de São Paulo.

Tabela 1.
Atividades de TBC paulistas

Comunidade	Unidade de Conservação	Atividade de TBC
Aldeia Indígena Boa Vista	Parque Estadual da Serra do Mar	Turismo; Artesanato
Aldeia Indígena Tekoa Itakupe	Parque Estadual do Jaraguá	Turismo; Artesanato
Aldeia Indígena Tenondé Porã	Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Parque Estadual da Serra do Mar	Turismo; Artesanato
Comunidade Caiçara Bonete	Parque Estadual de Ilhabela	Culinária; Hospedagem; Turismo; Artesanato
Comunidade Caiçara Castelhanos	Parque Estadual de Ilhabela	Culinária; Hospedagem; Turismo; Artesanato
Comunidade Caiçara Marujá	Parque Estadual Ilha do Cardoso	Culinária; Hospedagem; Turismo; Artesanato
Comunidade Caiçara Sertão do Ubatumirim	Parque Estadual da Serra do Mar	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Caiçara Vila de Picinguaba	Parque Estadual da Serra do Mar	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola André Lopes	Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira	Culinária; Hospedagem; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Caçandoca	Parque Estadual da Serra do Mar	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Cafundó	Salto de Pirapora	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Camburi	Parque Nacional da Serra da Bocaina e Parque Estadual da Serra do Mar	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Cedro	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Ex-Colônia Velha	Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguapé-Peruíbe	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Fazenda	Parque Estadual da Serra do Mar	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola	Área de Proteção Ambiental	Culinária; Hospedagem;

Ivaporunduva	Quilombos do Médio Ribeira	Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Mandira	Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguapé-Peruíbe e Reserva Extrativista do Mandira	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Praia Grande	Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Sapatu	Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola São Pedro	Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Reginaldo	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Quilombola Ribeirão Grande / Terra Seca	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Rural Rio Preto - Sete Barras	Entorno do Parque Estadual Carlos Botelho, inclusa na Área de Proteção Ambiental Serra do Mar	Culinária; Turismo; Artesanato
Comunidade Urbana Cantinho do Céu/ Meninos da Billings	Parque Estadual Águas da Billings e Floresta Estadual Montanhão	Turismo

Fontes: Governo do Estado de São Paulo; Instituto Socioambiental (ISA); Prefeituras.

Conforme o estudo, foram mapeadas 25 comunidades — sendo: 3 indígenas, 5 caiçaras, 15 quilombolas, 1 rural e 1 urbana —, totalizando 75 ações de TBC e contabilizadas 30 UCs paulistas relacionadas à localidade das comunidades. Por meio do livreto “Circuito Quilombola Paulista”, lançado pelo Governo do Estado de São Paulo, é possível caracterizar algumas das atividades de TBC que ocorrem nos quilombos que aderiram ao circuito, sendo apresentadas por: trilhas guiadas pelos próprios moradores; oficinas culturais, gastronômicas e de artesanatos; rodas de conversa com a comunidade; conhecimento sobre sistema agrofloresta, farmácias verdes (com foco no manuseio de plantas e ervas medicinais), práticas de roça (plantio e colheitas) e até sobre construções de casas de Pau-a-Pique e Taipa de Pilão.

Para toda a busca e pesquisa envolvida na tabela, também é importante ressaltar as grandes dificuldades encontradas diante da coleta de dados que provoca lacunas de uma maior caracterização por conta da falta de informações. Contudo, o mapeamento poderá ser atualizado com base em demais informações por meio de novos dados secundários e

através de entrevistas aplicadas com os entrevistados relacionados à cadeia produtiva de TBC.

7. Dimensões da Sustentabilidade dentro das Comunidades

Para facilitar e enriquecer a compreensão dos dados primários obtidos por meio das entrevistas feitas com as comunidades tradicionais — Aldeia Boa Vista; Comunidades Cantinho do Céu e Lagoa Azul; Comunidade do Rio Preto; Comunidade do Marujá e Quilombo da Fazenda —, o estudo explanou os resultados utilizando a análise de conteúdo, conforme orienta Bardin (2016) e dividiu-se em categorias para tabulação de acordo com as oito Dimensões da Sustentabilidade de Sachs (2004). A partir das transcrições das falas dos entrevistados, o conteúdo foi tabulado em diversas “Categorias intermediárias” definidas com base nas “Categorias finais”, que são: ambiental, cultural, ecológica, econômica, política internacional, política nacional, social e territorial. Para aprofundar a análise, foram contabilizadas quantitativamente os 'benefícios' e 'desafios' — apresentados como “Critérios” —, de cada “Categoria intermediária”. Os resultados resumidos são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2.

Benefícios e desafios do Turismo de Base Comunitária dentro e no entorno de UCs paulistas

Categoria Final	Categoria Intermediária	Critérios
Ambiental	conservação e preservação dos ecossistemas naturais	15 Benefícios
	equilíbrio entre comunidade e meio ambiente	0 Desafios
	educação e sensibilização ambiental	
Cultural	saber endógeno e fortalecimento de identidade	18 Benefícios
	planejamento e desenvolvimento de projetos	2 Desafios
	abertura para o mundo e trocas interculturais com visitantes	
Ecológica	adaptação e inovação cultural	
	preservação do capital natural	13 Benefícios
	limitação no uso dos recursos não renováveis	2 Desafios
Econômica	preservação do meio ambiente e reciclagem	
	geração de emprego e distribuição de renda	9 Benefícios
	investimentos e modernização dos meios produtivos	6 Desafios
Política Internacional	autonomia e inserção na economia	
	promoção e proteção de povos tradicionais	10 Benefícios
	gestão da diversidade natural e cultural	5 Desafios
Política Nacional	cooperação científica e tecnológica por meio de pesquisas ou participação em eventos	
	apoio e suporte com políticas públicas para desenvolvimento da comunidade ou TBC	8 Benefícios
	direitos humanos	7 Desafios

	implantação de projetos em parceria com os empreendedores	
Social	relacionamento comunitário/coletivo	10 Benefícios 5 Desafios
	qualidade de vida	
	igualdade social	
Territorial	equilíbrio entre relação comunidade e UC	13 Benefícios 2 Desafios
	melhoria do ambiente territorial e das estratégias de desenvolvimentos	
	formalização ou fortalecimento de territórios tradicionais	

Fonte: Elaboração própria

8. Avanços e Desafios para Gestão Pública de UCs

Na entrevista feita com o gestor da APA Quilombos do Médio Ribeira (APA-QMR), as informações coletadas também foram analisadas e tabuladas com base nas ideias de Sachs e Bardin. As “Categorias finais” e “Categorias intermediárias” foram mantidas, contudo os “Critérios” utilizados nesta medição foram de 'Avanços' e 'Desafios', como apresentados na Figura 1.

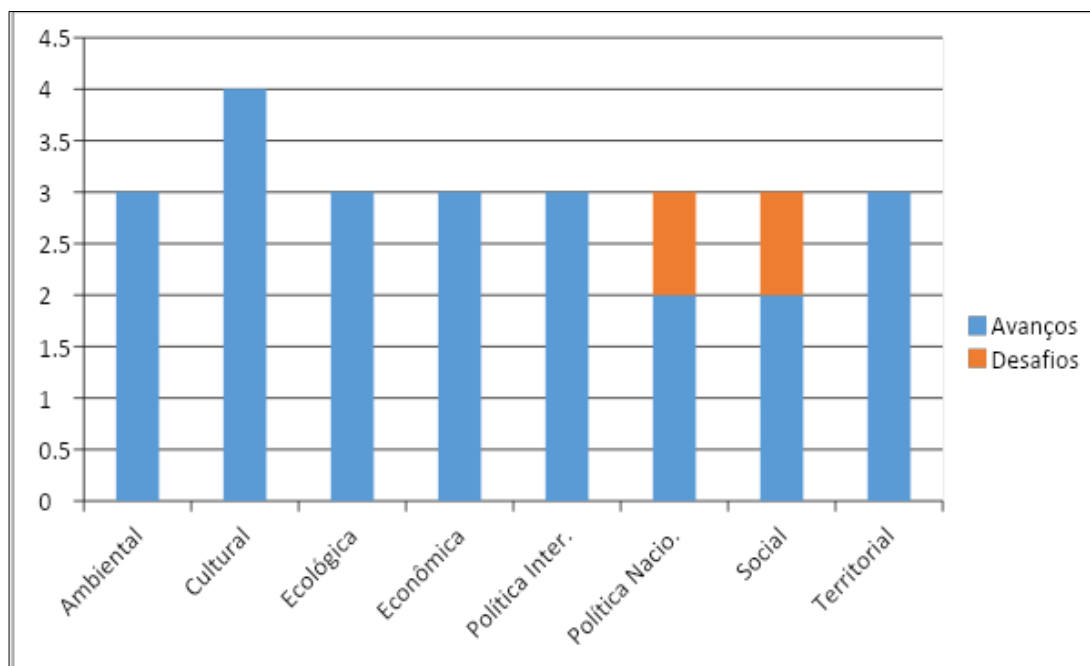


Figura 1. Desempenho da APA-QMR, com os critérios de Avanços e Desafios

Fonte: Elaboração própria

Na classificação por meio da coleta de dados da APA-QMR, identificou-se apenas um aspecto negativo na categoria Política Nacional e um na Social, somando assim apenas 2 desafios e 23 de avanços, totalizando 25 pontos analisados conforme as categorias intermediárias apresentadas anteriormente.

A APA-QMR é uma UC do grupo de Uso Sustentável, criada pela Lei Estadual nº 12.810/2008 e possui a Fundação Florestal como órgão gestor. A UC paulista está

localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga, no Vale do Ribeira e contabiliza 64.625,04 hectares de extensão que abrigam os seguintes quilombos: André Lopes, Galvão, Ivaporanduva, Maria Rosa, Nhunguara, Ostras, Pedro Cubas; Pedro Cubas de Cima; Pilões, Piririca, Praia Grande, Sapatu e São Pedro.

9. Considerações Finais

Por meio da coleta dos dados secundários com foco na evolução do TBC foi possível constatar que tais atividades estão associadas ao Turismo Sustentável, com grande destaque às ações na América Latina, fortalecidas principalmente pela REDTURS, e no âmbito brasileiro, políticas públicas nacionais e regionais se apresentaram de modo muito positivo para o desenvolvimento das ações de TBC.

Já o mapeamento feito com base nas ações de TBC que acontecem dentro ou no entorno de UC paulistas, expande ainda mais as diferentes regiões que apresentam esse universo que se relaciona às comunidades tradicionais.

Conforme levantamento e análise dos materiais resultantes dos dados primários, de fato o TBC contribui para as dimensões da sustentabilidade. Os benefícios e avanços do TBC dentro e no entorno de UC acontecem quando as comunidades e iniciativas são fortalecidas por meio de redes de TBC, organização interna ou com a gestão pública mais acessível e que presta maior comunicação ou suporte. Os desafios foram fortemente observados nos casos estudados, em por exemplo, na Comunidade do Marujá e na Comunidade do Rio Preto, nas quais o protagonismo destas não são desenvolvidos por diversos fatores internos e que também não contam com aportes de redes de TBC ou políticas públicas para incentivar seus crescimentos e desenvolvimentos de atividades.

A temática se apresentou como um ótimo condutor de geração de mudanças e fortalecimento das comunidades, podendo ainda explorar: aprofundamento do mapeamento de TBC paulista e também em outros estados; demais formas divulgação das atividades, um bom exemplo é o Projeto “Circuito Quilombola Paulista”; indicação de novas políticas públicas para o desenvolvimento deste segmento; redes de TBC ativas em âmbito nacional e ações que podem contribuir para o desenvolvimento destas.

Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina.
- Barros, L. S. C., & Leuzinger, M. D. (2020). Turismo de base comunitária e os desafios para sua implementação em Unidades de Conservação. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas* (UNIFAFIBE), 8(2), 112-135.
- Bartholo, R., Bursztyn, I., Fratucci, A. C., & Assad, L. T. (2016). Turismo de base comunitária em foco. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 14–17. <https://doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1344>.
- Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e imagem.
- Betti, P., & Denardin, V. F. (2013). Turismo de base comunitária em Unidades de

- Conservação: Justiça ambiental para o desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(4). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6372>.
- Botelho, E. S., & Rodrigues, C. G. de O. (2016). *Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais*. 280–295.
- Brais, R. (2020). *Turismo movimentou R\$ 238,6 bilhões no Brasil em 2019, aumento de 2,2%*. Ministério do Turismo. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-movimentou-r-2386-bilhoes-no-brasil-em-2019-aumento-de-2c2>.
- Decreto nº 6.040, DE 7 de fevereiro de 2007 da Casa Civil, (2007). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.
- Dos Santos, K. P., & De Oliveira, V. D. P. S. (2020). Percepção ambiental das comunidades ao entorno do Parque Estadual da Lagoa do Açú/Rj. *Holos*, 36(6), 1–16. <https://doi.org/10.15628/holos.2020.2942>.
- Ferreira, P. T. A., & Raimundo, S. (2016). Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 150–167.
- Graciano, P. F. & Holanda, L. A. (2020). *Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018*. 14(1), 161–179.
- Irving, M. D. A., Cristina, T., & Mendonça, M. (2018). *Turismo de base comunitária na América Latina: Uma estratégia em rede*. 249–265.
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, (2000). Sistema Nacional de Unidades de Conservação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.
- Minari, M. D. L., & Rabinovici, A. (2014). Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7(1), 44–66.
- Moraes, E. A. De, & Mendonça, T. C. de M. (2016). Turismo de base comunitária sob influência do processo de proteção da natureza na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (CE) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (RJ). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9(1), 61–77.
- Moraes, E. A. De, Irving, M. A., Pedro, R. M. L. R., & Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: Novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 122|2020, 145-168.
- Moraes, E. A. De, Irving, M. A., Santos, J. S., Santos, H., & Pinto, M. (2017). Redes de turismo de base comunitária: Reflexões no contexto latino-americano. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9(6), 612-623.
- Organização da Nações Unidas (1991). *Nosso futuro comum* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Organização da Nações Unidas (2016, novembro 01). *ONU declara 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento*. <https://nacoesunidas.org/onu-declara-2017-o-ano-internacional-do-turismo-sustentavel-para-o-desenvolvimento>
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Santana, M. P. L. (2010). Desenvolvimento sustentável & indicadores no turismo. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* - Instituto Multidisciplinar: Departamento de Administração e Turismo - Curso de Turismo, Nova Iguaçu (RJ).
- Silva, K. T. P., Ramiro, R. C. & Teixeira, B. S. (2009). Fomento ao turismo de base comunitária - A experiência do Ministério do Turismo. In R. Bartholo, D. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 359-373.